

A CONCEPÇÃO DE ESTADO DO PROGRAMA ACADEMIA E FUTEBOL¹

Breno Brey D'auria,

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Dirceu Santos Silva,

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

RESUMO

A pesquisa teve por objetivo analisar a concepção de Estado do Programa Academia e Futebol da Secretaria Especial de Esporte. A metodologia utilizada caracteriza-se como descritiva, com análise documental. Os documentos analisados foram as diretrizes do programa e o edital de seleção de convênios em âmbito nacional. Os dados foram tratados a partir da análise de conteúdo. O programa foi amparado judicialmente, com abrangência restrita, focalizado e intersetorial.

PALAVRAS-CHAVE: Política Pública; Política Educacional; Esporte Educacional.

INTRODUÇÃO

A Secretaria Especial de Esporte (SEE), vinculada ao Ministério da Cidadania, criada em 2019, tem como objetivo desenvolver ações de inclusão social por meio do esporte, bem como garantir à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e o desenvolvimento humano (BRASIL, 2019). Em sua estrutura, a SEE é composta por três secretarias: Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNEELIS), Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR) e a Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor (SNFDDT) (SILVA; BORGES; AMARAL, 2015; TAFFAREL; SANTOS JÚNIOR, 2019).

Uma das ações que chamam a atenção na SEE foi a criação do Programa Academia e Futebol (PAF), em 2020, vinculado a SNFDDT, com o intuito de promover vivências do futebol e futsal, bem como desenvolver um centro de excelência em estudos e eventos sobre a temática (BRASIL, 2019).

O PAF foi planejado para funcionar de forma intersetorial, em parceria com

¹ O presente trabalho contou com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para sua realização

Universidades públicas e Institutos Federais, a partir de três dimensões que atuam de forma interligadas: fomento à prática do futebol, beach soccer e futsal, de crianças de 06 aos 17 anos, e adultos entre 18 e 23 anos; qualificação das políticas públicas na área do futebol, beach soccer e futsal por meio da implementação dos centros de pesquisa sobre futebol, futsal e direitos do torcedor; realização de cursos (presenciais e EaD) e eventos científicos relacionados à formação de profissionais (BRASIL, 2020a).

Diante do exposto, o PAF se constitui como uma iniciativa recente, o que garante originalidade e atualidade para a presente análise, ao discutir suas propostas e o seu papel no campo das políticas públicas de esporte. Dessa forma, o presente estudo tem por objetivo analisar a concepção de Estado e do PAF da SEE.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa com método descritivo, com análise documental, que utilizará a abordagem qualitativa. A escolha do método descritivo pode ser justificada pela contribuição com a identificação, registro, análise e interpretação da ação pública investigada. A escolha pela abordagem qualitativa é justificada por privilegiar a dimensão processual do conhecimento, as perspectivas particulares dos sujeitos, bem como a possibilidade de realizar análises descritivas dos fenômenos observados (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

No que diz respeito ao processo de seleção dos documentos, a coleta de dados foi feita a partir de uma busca por documentos oficiais do PAF. Não foram considerados para a análise os documentos específicos dos diferentes convênios que foram firmados entre a SEE com as Universidades Públicas e os Institutos Federais. Desse modo, os documentos selecionados para a investigação foram as diretrizes que descrevem e norteiam as ações desenvolvidas no programa, bem como o edital de seleção de convênios.

A categoria de análise pré-definida para a investigação é o conceito de Estado, para verificar o seu papel na forma como o PAF foi planejado. Esse processo ocorreu com base nas etapas definidas pela técnica de análise de conteúdo. Para Bardin (2009), essa técnica permite a codificação e/ou recorte dos textos de acordo com a sua significância para posterior enumeração, classificação, agrupamento e categorização, baseado na inferência, hermenêutica controlada. As fases de análise se dividiram em três etapas sequenciais: a) leitura flutuante do material; b) seleção e extração dos *corpus* textuais; c) análise dos *corpus* selecionados feitas a

partir de uma ficha de análise de conteúdo.

Para investigar a concepção de Estado do PAF, utilizamos os seguintes indicadores: natureza e tipo dos direitos e benefícios previstos e/ou implementados; abrangência; critérios de acesso e permanência; formas e mecanismos de articulação. Esses indicadores foram estabelecidos por Boschetti (2009, p.12) e “são utilizados na análise de diferentes políticas sociais e podem constituir um arsenal de fontes empíricas para a análise”.

A CONCEPÇÃO DE ESTADO DO PROGRAMA ACADEMIA E FUTEBOL

O estudo aborda um processo de construção de uma política pública recente, nesse sentido, é importante resgatarmos brevemente o contexto de criação do programa e da secretaria ao qual está vinculado.

O PAF está vinculado a SNFDDT, criada em 2011, com o objetivo fortalecer o futebol como instrumento fundamental de cidadania, inclusão social e de identidade nacional, por meio de políticas públicas no âmbito profissional e amador (BRASIL, 2020b). Ou seja, trata-se de uma secretaria com perfil de atendimento de uma modalidade esportiva, no entanto, sua abrangência está em desenvolver ações nas mais diversas esferas relacionadas ao futebol como o Profut.

Nas diretrizes do PAF, a SNFDDT justifica a criação do projeto com o intuito de atender as demandas estabelecidas pelo Decreto nº 10.357 de 20/05/2020, as quais são: a) planejar, desenvolver, acompanhar e monitorar as ações governamentais no âmbito do futebol profissional e amador; b) articular-se com outros órgãos públicos com vistas à implementação de ações que fortaleçam o futebol; c) planejar, coordenar, supervisionar e elaborar estudos sobre o desenvolvimento do futebol; d) promover e efetuar estudos e reuniões sobre o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol brasileiro (PROFUT); e) promover eventos para o desenvolvimento do futebol (BRASIL, 2020a). Por conta do caráter amplo que caracteriza a SNFDDT, observou-se o aspecto abrangente das demandas colocadas e que deverão ser respondidas durante a implantação do programa com base nas três dimensões que o constituem.

Essas dimensões se constituem em: Núcleos de vivência do Futebol e/ou futsal, Centro de Excelência em Estudos do Futebol e Futsal e os Cursos e eventos científicos. Destaca-se que o PAF se propõe por meio do Núcleo de Vivência do Futebol, atender 150 beneficiários

por convênio, divididos em quatro turmas, com três aulas semanais compostas por noventa minutos cada (BRASIL, 2020a). A justificativa para a elaboração dessa dimensão como mencionado pelas diretrizes é o de que “o programa reconhece o esporte como direito de cidadania de todos os brasileiros e, deste modo, cabe ao Estado promover políticas públicas que garantam à população o pleno acesso às diversas manifestações esportivas” (BRASIL, 2020a, p.4).

Nesse caso, o programa se ampara numa série de documentos legais como a Constituição Federal de 1988 (art. 217.); Lei Pelé (9.516/1998); Plano Plurianual (2016-2019); Estatuto da Criança e Adolescente (lei nº 8.069/1990) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/1996) que embasam essa concepção ampliada de acesso à prática esportiva (BRASIL, 2020a). No entanto, por mais que exista esse reconhecimento jurídico-legal do Estado brasileiro, é fundamental não se limitar apenas a essa questão, mas sim investigar a efetividade realizada pelas ações governamentais (ATHAYDE *et al.*, 2016).

Quanto à abrangência do PAF, o intuito é a implantação de 27 convênios, com duração de dois anos de funcionamento e que deverão ser distribuídos preferencialmente um em cada estado da federação (BRASIL, 2020c). Ao somar o número de convênios e meta de atendimento, o intuito é atender 4.050 pessoas em um intervalo de dois anos (tempo descrito nas diretrizes). No entanto, é importante mencionar que haverá um número de pessoas atendidas de forma indireta por meio das publicações acadêmicas desenvolvidas e dos eventos científicos que serão organizados.

Em relação aos critérios de acesso, trata-se de um programa com focalização em adolescentes e jovens entre 6 e 23 anos, ao estabelecer critérios como a idade e a proximidade geográfica com os núcleos. Vale destacar, que a focalização das políticas públicas é uma tendência neoliberal, de redução de gastos sociais, que preconiza o ajuste fiscal e críticas feitas à eficiência de políticas universais (ATHAYDE *et al.*, 2020). Com relação aos critérios de permanência, não foram observadas orientações ou condicionantes para os beneficiários.

Como último ponto a ser destacado, está a forma de articulação do programa, caracterizado por estabelecer parceria com Universidades Públicas e Institutos Federais. Essa articulação intersetorial está justificada no edital de seleção dos convênios:

A opção de implantação dos Centros em Instituições de Ensino Superior públicas justifica-se pelos seguintes motivos: I. A agilidade na efetivação de parcerias entre o Ministério da Cidadania e instituições públicas (federais,

estaduais e municipais) considerando os trâmites burocráticos de acordo com as exigências legais vigentes (BRASIL, 2020c, p.1).

Isso ressalta a intersetorialidade como uma característica do campo das políticas públicas no esporte como uma estratégia de gestão pública que se ampliou e passou a ser adotada no Brasil a partir dos anos 1990 (RIBEIRO, AMARAL, SILVA, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a análise das diretrizes e do edital de convênios, verificou-se que o PAF na sua concepção de Estado, possui características como o reconhecimento legal, a abrangência restrita, com focalização de público-alvo e indícios de intersetorialidade ao estabelecer relação com outras instituições públicas como as Universidades e Institutos Federais. Em decorrência do início do programa, essa análise se centrou apenas nos documentos oficiais, dessa forma, é fundamental a ampliação da investigação para além dos documentos, de modo a averiguar se ao longo do processo de implantação dos convênios, as questões aqui apontadas se manifestam de acordo com as diretrizes ou se materializam de uma outra forma. Temáticas como o papel do estado, financiamento do programa, estruturação do convênio, formação dos professores e monitores são demandas de estudos que podem ser pesquisadas com a efetivação do programa.

THE CONCEPT OF STATE OF THE ACADEMIA E FUTEBOL PROGRAM

ABSTRACT

The research aimed to analyze the State of the “Academia e Futebol” Program of the Special Sport Secretariat. The methodology used is documentary and descriptive research. The documents analyzed were the program guidelines and the notice of selection of agreements at the national level. The data were treated based on content analysis. It was concluded that the program is characterized as being legally supported, of limited scope, focused and intersectoral.

KEYWORDS: *Public policy; Educational politics; Educational Sport*

EL CONCEPTO DE ESTADO DEL PROGRAMA ACADEMIA E FUTEBOL

RESUMEN

La investigación tuvo como objetivo analizar el estado del Programa Academia e Fútbol de la Secretaría Especial de Deportes. La metodología utilizada se caracteriza por ser documental y descriptiva. Los documentos analizados fueron los lineamientos del programa y el aviso de selección de convenios a nivel nacional. Los datos fueron tratados en base al análisis de contenido. Se concluyó que el programa se caracteriza por contar con apoyo legal, alcance limitado, focalizado e intersectorial.

PALABRAS CLAVES: Política pública; Políticas educativas; Deporte educativo.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, P. F. A. *et al.* O esporte como direito de cidadania. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 19, n. 2, p.490-501, 2016.

ATHAYDE, P. F. A. *et al.* Análise de políticas esportivas: compartilhando uma proposta teórico-metodológica. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 32, n. 61, p. 01-23, 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto editora, 1994.

BOSCHETTI, I. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília., ABEPSS, 2009, p.1-20.

BRASIL. **Decreto Nº 9.674, de 2 de janeiro de 2019**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cidadania Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF: Presidência da República, 2019.

BRASIL. **Diretrizes do Programa Academia e Futebol**. Brasília, DF: Secretaria Especial do Esporte, 2020a.

BRASIL. **Decreto Nº 10.357, de 20 de maio de 2020**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cidadania e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Diário Oficial República Federativa do Brasil, Brasília, DF: Presidência da República, 2020b.



CONBRACE
CONICE 2021
DE 12/09 A 17/12

Educação Física e
Ciências do Esporte
no tempo presente:

Defender Vidas,
Afirmar as Ciências

BRASIL. **Edital N° 1, DE 3 de agosto de 2020.** Seleção para apoio à estruturação e ao funcionamento do programa. Brasília, DF: Secretaria Especial do Esporte, 2020c.

RIBEIRO, O. C. F; AMARAL, S. C. F; SILVA, D. S. Fragmentação e intersetorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 1, n. 1, p. 99-114, 2014.

SILVA, D. S., BORGES, C. N. F.; AMARAL, S. C. F. Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 29, n. 1, pp. 65-79, 2015

TAFFAREL, C. Z; SANTOS JUNIOR, C. D. L. Política nacional do esporte: as consequências do desmonte do ministério do esporte. **Motrivivência**, Florianópolis v. 31, n. 60, p. 01-32, 2019.

